

CONTRA-HEGEMONIA, COMUM URBANO E REDES DE COOPERAÇÃO: ABORDAGENS CRÍTICAS EM URBANISMO

Vinícius Galvão Ramos

Universidade Federal do Espírito Santo | vinicius.galvaor@gmail.com

Martha Machado Campos

Universidade Federal do Espírito Santo | marthamcampos@hotmail.com

Sessão Temática 09: Cidade, história e cultura em disputa

Resumo: O artigo pontua abordagens críticas como contra-hegemonia, comum urbano e redes de cooperação, destacando sua importância para compreender as dinâmicas sociopolíticas das cidades. Com base em uma revisão de literatura, buscou-se construir um referencial teórico no qual as práticas contra-hegemônicas são exploradas como motores de transformação social, enquanto o comum urbano é apresentado como um elemento essencial na construção de espaços inclusivos e democráticos. A investigação das redes de cooperação urbanas permite identificar interações que potencializam a justiça social. Experiências brasileiras ilustram estes conceitos e revelam como frequentemente eles se atravessam. Este estudo visa contribuir para o debate e a interlocução acadêmica e não acadêmica, os profissionais do urbanismo e a sociedade, a partir de discussão e reflexão que possam ser voltadas para políticas públicas e projetos de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis. Para mais, espera-se ampliar o conhecimento sobre o tema e fomentar pesquisas que (re)pensem as atuais condições da sociedade urbana.

Palavras-chave: urbanismo contemporâneo; contra-hegemonia; comum urbano; rede de cooperação.

COUNTER-HEGEMONY, URBAN COMMONS, AND COOPERATION NETWORKS: CRITICAL APPROACHES IN URBANISM

Abstract: The article highlights critical approaches such as counter-hegemony, urban commons, and cooperation networks, emphasizing their importance in understanding the sociopolitical dynamics of cities. Based on a literature review, the study seeks to construct a theoretical framework in which counter-hegemonic practices are explored as drivers of social transformation, while the urban commons are presented as an essential element in building inclusive and democratic spaces. Investigating urban cooperation networks allows for the identification of interactions that enhance social justice. Brazilian experiences illustrate these concepts and reveal how they often intersect. This study aims to contribute to the debate and dialogue among academic and non-academic audiences, urban planning professionals, and society by fostering discussions and reflections oriented toward public policies and projects for fairer, more inclusive, and sustainable cities. Furthermore, it seeks to expand knowledge on the subject and encourage research that (re)thinks the current conditions of urban society.

Keywords: contemporary urbanism; counter-hegemony; urban commons; cooperation network.

CONTRAHEGEMONÍA, COMÚN URBANO Y REDES DE COOPERACIÓN: ENFOQUES CRÍTICOS EN URBANISMO

Resumen: El artículo destaca enfoques críticos como la contrahegemonía, el común urbano y las redes de cooperación, subrayando su importancia para comprender las dinámicas sociopolíticas de las ciudades. Basado en una revisión de la literatura, el estudio busca construir un marco teórico en el que las prácticas contrahegemónicas se exploren como motores de transformación social, mientras que el común urbano se presenta como un elemento esencial en la construcción de espacios inclusivos y democráticos. La investigación de redes de cooperación urbana permite identificar interacciones que potencian la justicia social. Las experiencias brasileñas ilustran estos conceptos y revelan cómo frecuentemente se entrecruzan. Este estudio tiene como objetivo contribuir al debate y al diálogo académico y no académico, entre profesionales del urbanismo y la sociedad, promoviendo discusiones y reflexiones orientadas hacia políticas públicas y proyectos para ciudades más justas, inclusivas y sostenibles. Además, se espera ampliar el conocimiento sobre el tema y fomentar investigaciones que (re)piensen las condiciones actuales de la sociedad urbana.

Palabras clave: urbanismo contemporáneo; contrahegemonía; común urbano; red de cooperación.

INTRODUÇÃO

O artigo¹ em questão visa apresentar abordagens no contexto do urbanismo, com foco em conceitos como contra-hegemonia, comum urbano e redes de cooperação. Será abordada a importância de compreender as práticas contra-hegemônicas e as dinâmicas do comum urbano, bem como a necessidade de investigar as redes de cooperação existentes no contexto urbano, a fim de contribuir com análises críticas sobre as diversas nuances que permeiam as dinâmicas sociais e políticas nas cidades contemporâneas. Assim sendo, a compreensão dos conceitos de contra-hegemonia, comum urbano e redes de cooperação se mostra imprescindível para o entendimento dessas complexas relações.

O cenário urbano contemporâneo apresenta-se como um ambiente propício para a manifestação de práticas contra-hegemônicas, que desafiam as estruturas de poder estabelecidas e buscam promover transformações sociais. Compreender essas práticas e suas implicações é essencial para uma análise crítica do urbanismo e para o desenvolvimento de projetos e políticas públicas que busquem a construção de cidades mais justas e igualitárias.

Além disso, a dinâmica do comum urbano também desempenha um papel fundamental na configuração das cidades contemporâneas. O conceito de comum urbano refere-se aos bens e espaços públicos compartilhados pelos cidadãos, que vão além da propriedade privada e promovem a convivência e a solidariedade entre os indivíduos. Compreender as dinâmicas do comum urbano é essencial para a promoção de espaços inclusivos e democráticos, onde a participação cidadã seja valorizada e respeitada.

Por fim, a análise das redes de cooperação existentes no contexto urbano permite identificar e compreender as interações e relações que permeiam a vida nas cidades. Essas redes englobam desde parcerias formais e institucionalizadas até laços informais de solidariedade e colaboração entre os cidadãos. Investigar essas redes é importante para compreender as dinâmicas sociopolíticas e urbanas, bem como para identificar potenciais iniciativas de cooperação que possam contribuir para a construção de cidades sustentáveis e justas.

CONTEXTUALIZAÇÃO, METODOLOGIA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A pesquisa busca contextualizar a importância do estudo da contra-hegemonia, comum urbano e redes de cooperação no campo do urbanismo, destacando a relevância crescente desses temas diante das problemáticas urbanas contemporâneas. Justifica-se a necessidade de compreender as dinâmicas de poder, a gestão do espaço urbano e as práticas sociais que emergem como resistência e alternativa às lógicas hegemônicas.

A contra-hegemonia consiste em uma tentativa de desconstruir as ideias dominantes e os sistemas de poder que mantêm a desigualdade e exclusão social no contexto urbano (Viveiros, 2020). Por meio do estudo de suas manifestações e estratégias, é possível

compreender como as práticas sociais emergem como formas de resistência e busca por alternativas mais justas.

O comum urbano e as redes de cooperação também se mostram como elementos-chave nesse contexto. O comum urbano refere-se aos bens e espaços compartilhados pelos cidadãos, que são geridos de forma coletiva e participativa (Tonucci Filho, 2017). Dessa forma, ele se contrapõe à lógica privada e individualizada que prevalece em muitas cidades atualmente. Já as redes de cooperação são formas de organização que conectam pessoas, grupos e instituições que compartilham interesses e objetivos comuns, visando potencializar suas ações e alcançar transformações socioespaciais (Cruz, 2023).

Considerando os processos urbanos contemporâneos, como a gentrificação, exclusão social, degradação ambiental e segregação espacial, torna-se inevitável aprofundar o estudo sobre contra-hegemonia, comum urbano e redes de cooperação. Por meio dessa compreensão ampla e complexa é possível desenvolver estratégias efetivas de intervenção e transformação do espaço urbano.

A pesquisa teve como base a revisão de literatura, visando a construção de um referencial teórico fundamentado na complexidade dos fenômenos abordados. A partir dos resultados obtidos, espera-se contribuir para a academia, os profissionais do urbanismo e a sociedade de maneira geral. A pesquisa poderá oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias de planejamento urbano voltadas para a promoção da justiça social, sustentabilidade ambiental e inclusão das diferentes camadas da população. Ainda, espera-se ampliar o conhecimento sobre o tema e estimular pesquisas e reflexões nessa área.

Em suma, a pesquisa sobre a contra-hegemonia, comum urbano e redes de cooperação no campo do urbanismo busca compreender as dinâmicas de poder, a gestão do espaço urbano e as práticas sociais que emergem como resistência e alternativa às lógicas hegemônicas.

ABORDAGENS CRÍTICAS EM URBANISMO

A análise crítica em urbanismo é um campo de estudo em expansão e dinâmico, incorporando constantemente novas perspectivas e conceitos à medida que a sociedade se transforma. Suas abordagens, embora diferentes em suas ênfases e metodologias, compartilham o objetivo comum de enfrentar ideias dominantes sobre o espaço urbano e buscar alternativas inclusivas e equitativas.

A análise crítica em urbanismo abrange uma gama de abordagens que se dedicam a entender e intervir nas complexas dinâmicas que moldam as cidades, tais como a crítica marxista, a teoria pós-colonial, a geografia crítica e o feminismo urbano. Essas perspectivas têm como objetivo questionar as estruturas de poder, as desigualdades sociais e a mercantilização do espaço urbano, para assim promover uma visão abrangente e inclusiva do ambiente urbano.

A crítica marxista, por exemplo, aprofunda-se na análise da produção do espaço urbano sob a lógica do capitalismo, explorando as contradições e os conflitos inerentes a esse processo.

Ela busca compreender como o sistema econômico influencia a forma como as cidades são organizadas e quais os impactos que isso gera nas desigualdades sociais (Alves, 2019).

A teoria pós-colonial, por sua vez, concentra-se nas relações de poder e na colonialidade presentes na construção e transformação das cidades. Ela evidencia as desigualdades e opressões que permeiam essas dinâmicas, destacando como os processos de colonização e exploração historicamente moldaram os espaços urbanos (Cruz, 2017).

Já a geografia crítica investiga a dimensão espacial das desigualdades e segregações urbanas. Por meio do mapeamento das estruturas socioespaciais, ela busca compreender como esses aspectos contribuem para a reprodução das disparidades sociais, além de propor alternativas que promovam uma distribuição justa dos recursos e oportunidades nas cidades (Santos, 2004).

O feminismo urbano destaca a importância das vivências das mulheres na cidade e chama a atenção para as violências e injustiças que afetam as mulheres de modo desproporcional. Ele busca desconstruir as lógicas patriarcais presentes no espaço urbano e promover a criação de ambientes seguros e acessíveis para todas as pessoas (Federici, 2010).

Todas essas abordagens críticas oferecem ferramentas conceituais e metodológicas para problematizar as dinâmicas urbanas. Elas buscam desafiar as ideias dominantes sobre o espaço urbano e contribuir para o desenvolvimento de formas mais inclusivas de viver nas cidades. Assim, ao projetar alternativas contra-hegemônicas, essas perspectivas contribuem para a construção de cidades mais justas, equitativas e sustentáveis, onde o comum urbano possa ser efetivamente alcançado. Elas promovem a valorização e consideração das necessidades de todas as pessoas, além de propiciar espaços públicos que estejam voltados para a promoção da igualdade e interação social.

CONTRA-HEGEMONIA: O PODER COLETIVO DE CORPOS NA CIDADE

Nesta seção, aborda-se a dinâmica entre a contra-hegemonia e a hegemonia urbana, destacando a importância de compreender e analisar os complexos processos de contestação e resistência que ocorrem dentro do contexto urbano contemporâneo.

Segundo Gramsci (2014), hegemonia é um processo contraditório que estabelece liderança moral e intelectual, abrangendo aspectos políticos, jurídicos, culturais e outros. Representa a direção e o controle exercidos por um grupo ou classe social sobre os demais. A hegemonia urbana, por sua vez, refere-se ao poder de dominância exercido por determinados grupos e interesses que moldam e controlam de maneira intensa a organização e a dinâmica das cidades, influenciando diretamente a vida de milhões de pessoas (Mello; Bastos; Lacerda, 2020).

Segundo Viveiros (2020), a hegemonia contém a contra-hegemonia. É nesse contexto que a contra-hegemonia se alça como um movimento de resistência, uma força oposta aos

detentores do poder hegemônico, que busca questionar e transformar essas estruturas de poder, a fim de reconstruir a cidade de forma inclusiva (Williams, 1979), de tal modo que

essa operação complexa e multidirecional expõe pontos de tensão ou disputa de hegemonia dos quais emergem entendimentos atravessados por ideias contra-hegemônicas, na articulação de movimentos sociais, nas disputas judiciais, nos fóruns mundiais e nas mobilizações e manifestações de rua, ou, conforme Harvey e demais autores (2012, p. 61), expressas no "[...] poder coletivo de corpos no espaço público" (Viveiros, 2020, p.33).

De acordo com a perspectiva delineada por Deleuze e Guattari (1995), os personagens contra-hegemônicos podem ser compreendidos como figuras que desafiam ou escapam da ordem dominante, questionando seus conteúdos. Esses personagens, classificados como "menores" ou "minoritários", não são definidos por sua quantidade numérica, mas sim por representarem diferenças e pluralidades em contraste com os padrões e normas estabelecidos.

Nesse rumo, é necessário explorar e compreender como diferentes movimentos sociais, coletivos e indivíduos atuam de maneira articulada e engajada para contrapor a lógica hegemônica, buscando reivindicar o direito à cidade e promovendo práticas e discursos alternativos que possam enfrentar as múltiplas desigualdades e injustiças urbanas existentes (Farias, 2024).

São inúmeras as iniciativas e estratégias adotadas, que vão desde ocupações de espaços públicos abandonados, lutas por moradia digna, resistência contra a especulação imobiliária desenfreada, até a criação de espaços comunitários autogeridos, feiras de trocas, hortas urbanas, entre muitas outras ações.

Essas práticas e discursos alternativos, além de oferecerem diferentes perspectivas e soluções aos problemas urbanos, também desempenham um importante papel no fortalecimento da sociedade civil, na construção de identidades coletivas, na ampliação da participação política e no enriquecimento do debate público sobre questões urbanas. São iniciativas que visam a promoção da democracia urbana, onde a diversidade de vozes e visões é valorizada e respeitada (Pisauro, 2024).

A partir dessas alternativas sistêmicas, pode-se enfrentar os desafios impostos pelas desigualdades e injustiças urbanas, transformando a cidade em um espaço que de fato represente os interesses e as necessidades de todos os seus habitantes. Em um contexto urbano ainda mais globalizado e interconectado, é imperativo que todos os atores sociais, desde governos até cidadãos comuns, atuem em prol de uma transformação pós-capitalista.

TEORIA DA CONTRA-HEGEMONIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: VOZES COLETIVAS QUE ENFRENTAM SISTEMAS OPRESSIVOS

A teoria da contra-hegemonia tem sido fundamental para compreender a dinâmica multifacetada dos movimentos sociais dentro do vasto e intrincado contexto urbano, pois coloca ênfase na resistência, resiliência e luta contra várias formas de dominação e

subjugação. Ela transcende e se liberta dos confinamentos impostos pelas elites dominantes privilegiadas e influentes, explorando a intrincada rede de relações de poder e decifrando como esses movimentos sociais desafiam estruturas de poder arraigadas e consagradas e mantidas por séculos. A teoria da contra-hegemonia busca incessantemente erguer e estabelecer modos de organização, mobilização, ativismo e participação que ultrapassem os limites restritivos definidos pela elite dominante, enquanto se esforça para promover e cultivar uma sociedade justa e equitativa (Viveiros, 2020).

Nas palavras de Vannuchi (2020, p. 48), “contra-hegemônicos são aqueles personagens capazes de desafiar ou escapar a essa ordem dominante, contestando os seus conteúdos”. A doutrina da contra-hegemonia traz à tona e ressalta o significado inestimável e o impacto que a solidariedade, a unidade e a colaboração entre grupos sociais diversos e díspares detêm e exercem, à medida que confrontam, combatem e confrontam o status quo estabelecido de forma determinada, perseguindo o sonho de transformação social, emancipação e a obtenção inequívoca de direitos e liberdades que são inatos e universais a todos os indivíduos da sociedade (Montaner; Muxí, 2021).

Esses esforços intransigentes ampliam seu escopo e alcance para abranger não apenas a realidade urbana, mas também se aprofundam, exigindo uma exploração e análise meticulosas de como esses movimentos sociais operam, funcionam e manobram com vigor para desafiar, dismantelar e erradicar efetivamente as disparidades, desigualdades e injustiças enraizadas que permeiam a dinâmica e as complexidades da vida urbana, visando e se esforçando seriamente para promover, encorajar e cultivar uma paisagem urbana e uma sociedade em geral mais democráticas e solidárias (Sanches; Stevens; Piotto, 2019).

Para compreender o impacto da contra-hegemonia, é importante reconhecer as interconexões entre as camadas multifacetadas da vida urbana. É por meio desses modos alternativos de organização e mobilização que os movimentos sociais criam espaços de resistência, onde vozes coletivas podem florescer, desafiando sistemas opressivos e nutrindo práticas democráticas.

Ao transcender as divisões criadas por normas e preconceitos sociais, os movimentos forjam fortes laços de unidade, amplificando suas vozes e ampliando o seu impacto. Eles entendem que mudanças duradouras só podem ocorrer com a participação ativa e colaboração de indivíduos de todas as esferas da vida. O potencial transformador das lutas contra-hegemônicas se estende muito além do cenário urbano, alcançando o próprio tecido de nossas sociedades. Esses movimentos desafiam as crenças, atitudes e instituições que perpetuam a desigualdade e a injustiça.

Em síntese, a teoria da contra-hegemonia fornece uma lente através da qual é possível compreender as complexidades e nuances dos movimentos sociais dentro do contexto urbano. Ela destaca a luta contra a dominação e a subjugação, enfatizando a importância da resistência, resiliência e a busca por uma sociedade justa e solidária. Ao desafiar as estruturas de poder existentes, os movimentos sociais trabalham para dismantelar barreiras sistêmicas

e empoderar indivíduos de todas as esferas da vida. Por meio da solidariedade, unidade e colaboração, eles se esforçam para refazer a vida e os espaços urbanos.

COMUM URBANO: CONCEITO ANTAGÔNICO AO CAPITAL

Ao discutir resistência e lutas urbanas, o conceito de comum é fortemente evocado, admitindo as seguintes variações:

A depender de quem enuncia pode ser substantivo (o comum) ou adjetivo (bem comum), no singular (como em comum urbano) ou plural (comuns materiais/imateriais), tratado como realidade prática, como conceito teórico ou discurso político – ou mesmo todos eles, indissociavelmente. Em todos os casos, aponta para uma alternativa essencialmente coletiva fora da dicotomia público-privado ou Estado-mercado (Vannuchi, 2020, p.106).

Somando-se aos achados de Vannuchi (2020), outros autores que recentemente analisaram o estado da arte dos estudos sobre o comum, como Castro-Coma e Martí-Costa (2016), Tonucci Filho (2017), Huron (2017), Dardot e Laval (2017), Balem (2021) e Montaner e Muxí (2021) concordam que as abordagens se dividem, de maneira geral, em duas perspectivas principais: uma, de caráter institucionalista, e outra, fundamentada na teoria crítica. Esta pesquisa adota a perspectiva da teoria crítica, em que o comum é visto como um conceito antagônico ao capital, com o potencial de fortalecer experiências políticas que direcionam para uma alternativa anticapitalista ao modelo de vida estruturado pela relação Estado-mercado (Vannuchi, 2020).

O conceito de comum urbano refere-se aos bens e recursos compartilhados e geridos coletivamente pelos habitantes de um determinado espaço urbano, de forma a garantir o bem-estar e a qualidade de vida de todos (Tonucci Filho, 2017). Isso engloba não apenas praças e parques, mas também uma ampla variedade de espaços públicos que são essenciais para a vida na cidade. Esses espaços incluem áreas de lazer, instalações esportivas, centros comunitários, além de serviços básicos como transporte público e educação.

Os bens comuns, por sua vez, são recursos naturais e culturais indispensáveis para a sobrevivência e o desenvolvimento da comunidade urbana. Eles são constituídos não apenas por elementos físicos, como água, ar e terra, mas também pelos saberes tradicionais e elementos culturais que tornam cada cidade única (Frota, 2018). É por meio da interação e do compartilhamento desses bens comuns que a comunidade urbana é capaz de se desenvolver de forma sustentável.

Ao compreender a dinâmica dos comuns urbanos, é possível questionar e desafiar as lógicas privatistas e mercadológicas que frequentemente dominam o urbanismo contemporâneo. Uma abordagem baseada nos comuns urbanos busca estabelecer mecanismos de gestão democrática desses recursos, de modo a promover a participação ativa dos cidadãos na tomada de decisões e garantir que todos tenham acesso aos benefícios oferecidos pelo ambiente urbano (Balem, 2021).

Em vista disso, o fortalecimento dos comuns urbanos é essencial para a construção de cidades inclusivas, sustentáveis e resilientes. Ao valorizar e proteger esses bens compartilhados, é possível garantir não apenas a qualidade de vida dos habitantes, mas também a preservação dos recursos naturais e culturais que compõem o patrimônio coletivo de uma comunidade urbana (Cruz, 2017). Ao valorizar e preservar esses recursos coletivos, contribui-se para o crescimento e bem-estar de todas as pessoas que habitam as cidades, ao mesmo tempo em que se promove a sustentabilidade do planeta como um todo.

Por sua vez, é importante ressaltar que a criação de políticas públicas eficientes e a implementação de projetos que visem a promoção e preservação dos comuns urbanos são essenciais para o desenvolvimento e prosperidade das cidades. Para tanto, é fundamental investir em infraestrutura adequada, incentivando a criação de espaços públicos de qualidade, o acesso igualitário a serviços básicos e a promoção de um ambiente saudável e sustentável.

Ademais, é necessário fomentar a participação ativa da população na gestão desses recursos, por meio de mecanismos de consulta popular e processos decisórios transparentes e inclusivos. A valorização dos comuns urbanos implica também em repensar o modelo de desenvolvimento urbano adotado atualmente, que muitas vezes privilegia interesses privados em detrimento do bem-estar coletivo. É preciso promover uma gestão mais democrática, que garanta a participação de todos os setores da sociedade na definição e implementação de políticas urbanas. A ampliação do acesso aos comuns urbanos deve ser acompanhada por políticas de inclusão social e combate à desigualdade (Montaner; Muxí, 2021).

A promoção dos comuns urbanos não se restringe apenas aos espaços físicos e recursos naturais, mas também abrange a valorização da cultura e do patrimônio imaterial das comunidades urbanas. Reconhecer e proteger as tradições, o conhecimento ancestral e as diferentes formas de expressão cultural presentes nas cidades é fundamental para a construção de identidades locais fortes e diversificadas (Cruz, 2023).

Em síntese, os comuns urbanos são essenciais para a construção de cidades sustentáveis e democráticas. Promover a valorização e proteção desses recursos compartilhados é uma responsabilidade de todos os habitantes das cidades.

REDES DE COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO NO CONTEXTO URBANO: CONTESTAÇÃO DOS PADRÕES DOMINANTES E DA HEGEMONIA ESTABELECID

As redes de cooperação e colaboração no contexto urbano representam uma forma significativa e relevante de organização e articulação entre uma ampla gama de atores, que podem incluir tanto instituições consolidadas quanto organizações da sociedade civil, movimentos e coletivos engajados, bem como indivíduos empoderados e comprometidos (Montaner; Muxí, 2021).

Essas redes têm como objetivo primordial promover ações conjuntas voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável, a melhoria ininterrupta da qualidade de vida e o fortalecimento da cidadania em todas as suas dimensões. Essas redes de cooperação e colaboração são capazes de abranger um leque diversificado de áreas temáticas e setores de atuação, dialogando com a política habitacional, a cultura, o meio ambiente, a educação, a economia solidária e diversas outras áreas (Ramos; Batista; Andrade, 2020).

As redes de cooperação, em sua diversidade e pluralidade, se apresentam como elementos fundamentais para fomentar e incentivar a participação cidadã ativa e a construção coletiva de soluções concretas para os inúmeros desafios e oportunidades que emergem no âmbito urbano. Ao fomentar a colaboração e cooperação contínuas, é possível potencializar recursos, compartilhar conhecimentos e experiências valiosas, e promover iniciativas genuinamente inovadoras e transformadoras no espaço urbano (Sperandio et al., 2014).

Dessa forma, essas redes se tornam uma fonte inesgotável de inspiração e um catalisador para o avanço e progresso harmonioso do contexto urbano como um todo. Elas contribuem para a promoção e fortalecimento do comum urbano - um espaço compartilhado por todos - e para a constante contestação dos padrões dominantes e da hegemonia estabelecida. Como conclui Cruz (2023, p. 293),

A alternância de entrelaçamentos e tensionamentos entre o passado e o presente, a hegemonia e a contra hegemonia, o cotidiano e as lutas faz parte dos modos de fazer dessas redes. É muitas vezes lutando pelo direito à permanência que esses sujeitos alcançam a transformação. Ou seja, é por vias contraditórias, diversas, dissonantes e, acima de tudo, dialógicas, que eles constroem novas possibilidades de vida urbana.

Por meio da colaboração e cooperação ativa, essas redes de atores diversos estabelecem uma teia de conexões poderosas, capazes de gerar um impacto transformador nas comunidades e na sociedade como um todo. Assim, elas impulsionam a criação de uma coletividade comprometida e consciente, capaz de enfrentar os desafios e promover mudanças significativas nos territórios urbanos.

Em um esforço para expandir e aprofundar a importância dessas redes de cooperação e colaboração urbana, é importante ressaltar que elas não apenas promovem ações conjuntas, mas também são capazes de criar laços de solidariedade e confiança entre os diferentes atores envolvidos. Esse aspecto emocional da colaboração urbana é fundamental para construir uma base sólida e duradoura para o trabalho conjunto. Quando as pessoas se sentem valorizadas e respeitadas em suas contribuições, elas são igualmente propensas a se engajar ativamente nos processos de tomada de decisão e implementação de projetos (Ramos; Batista; Andrade, 2020).

Ademais, é importante reconhecer que essas redes não são estáticas ou imutáveis. Em vez disso, elas são fluidas e adaptáveis, capazes de se ajustar às mudanças que surgem ao longo do tempo (Cruz, 2023). Essa flexibilidade permite que novos atores e ideias sejam incorporados, garantindo a diversidade e a inovação necessárias para enfrentar os problemas

complexos do mundo urbano. É também por meio dessa adaptabilidade que as redes de cooperação e colaboração podem se tornar verdadeiros agentes de mudança, impulsionando transformações sistêmicas nos sistemas urbanos.

Para garantir o fortalecimento contínuo dessas redes, é essencial promover espaços de diálogo e troca de conhecimentos. Workshops, conferências, seminários e outras formas de encontro são oportunidades valiosas para que os atores urbanos compartilhem suas experiências, aprendam uns com os outros e desenvolvam estratégias conjuntas. Esses eventos podem facilitar a criação de parcerias e colaborações ao mesmo tempo robustas, além de fortalecer os laços existentes.

À medida que as pessoas se conectam e compartilham recursos, é possível desenvolver soluções inovadoras, acessíveis e eficazes para os desafios urbanos. Essas soluções podem abordar questões como mobilidade sustentável, habitação acessível, inclusão social e preservação do patrimônio cultural. Portanto, as redes de cooperação e colaboração são essenciais para fortalecer a cidadania, promover a igualdade e construir um futuro do mesmo modo resiliente para todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

IMPACTOS E POTENCIALIDADES EM EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS

Ao analisar os conceitos das abordagens contra-hegemônica e do comum urbano, é possível observar o impacto em transformações significativas tanto a nível social quanto urbano.

As iniciativas de contra-hegemonia, como os movimentos sociais, ao desafiar as estruturas de poder estabelecidas e promover uma maior inclusão e participação das comunidades na tomada de decisões, têm o potencial de gerar mudanças profundas na sociedade. Através do fortalecimento do tecido social e da criação de espaços de diálogo e colaboração, essas práticas contribuem para uma maior consciência política e empoderamento comunitário.

A contextualização das iniciativas contra-hegemônicas em cidades do Sul Global envolve a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que levam à emergência dessas práticas. Deve-se analisar o contexto de desigualdade e exclusão presentes nessas cidades, bem como as lutas e resistências que surgem em resposta a essas condições. É importante considerar as características específicas das cidades brasileiras, incluindo a influência do colonialismo, da globalização e das políticas neoliberais, que impactam diretamente as práticas contra-hegemônicas e as estratégias de resistência adotadas pela população.

Um exemplo de prática contra-hegemônica urbana é a ocupação de espaços públicos por movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) (Figura 01) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) no Brasil. Eles ocupam terrenos baldios ou prédios abandonados, reivindicando o direito à moradia.

Figura 01: Ocupação Maria da Conceição Tavares no Centro Histórico de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em defesa de famílias desalojadas pela enchente



Fonte: Dotti, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/10/mtst-ocupa-predio-publico-em-porto-alegre-em-defesa-de-familias-desabrigadas-pela-enchente>

O comum urbano, por sua vez, desafia o paradigma da propriedade privada e valoriza os bens compartilhados e a colaboração entre os cidadãos. Essa abordagem impacta diretamente na forma como as cidades são vividas e utilizadas, influenciando positivamente na qualidade de vida dos seus habitantes. Ao promover o uso compartilhado e sustentável dos recursos urbanos, o comum urbano contribui para a redução do consumo excessivo e para a preservação do meio ambiente.

Exemplificando, a criação de horticulturas de guerrilha em áreas urbanas, como a Horta das Flores em São Paulo (Figura 02), constitui um exemplo de comum urbano, que se difere das hortas urbanas familiar ou comercial, que geralmente têm como foco principal a produção de alimentos e a geração de renda, enquanto as hortas de guerrilha possuem um caráter ativista (Nagib, 2020). Seu objetivo é promover a educação ambiental da população e ocupar espaços públicos para a produção de alimentos orgânicos.

Figura 02: Horta das Flores em São Paulo



Fonte: Reprodução Instagram (2024). Disponível em: <https://www.instagram.com/hortadasflores>

Embora as experiências urbanas possam ser conceitualmente classificadas como práticas contra-hegemônicas ou comuns urbanos, esses conceitos frequentemente se atravessam e

se sobrepõem, revelando a complexidade das dinâmicas sociopolíticas e espaciais das cidades contemporâneas. Uma iniciativa contra-hegemônica pode, por exemplo, envolver a gestão coletiva de um comum urbano, enquanto as redes de cooperação frequentemente servem como base para sustentar tanto práticas contra-hegemônicas quanto o fortalecimento de bens e espaços compartilhados. Essa interconexão demonstra que os conceitos não operam de forma isolada, mas sim em uma relação mútua e complementar, evidenciando a necessidade de uma abordagem integrada para compreendê-los em sua totalidade.

As potencialidades dessas práticas estão diretamente relacionadas ao empoderamento comunitário e à promoção de uma participação cidadã também ativa. Ao envolver os cidadãos na gestão e no planejamento urbano, essas práticas incentivam o surgimento de uma consciência coletiva e de uma responsabilidade compartilhada pelo bem-estar da cidade. Além disso, a valorização do diálogo e da colaboração contribui para a construção de uma cidade democrática.

Afinal, as práticas contra-hegemônicas e do comum urbano representam uma importante ferramenta de transformação social e urbana. Ao desafiar as estruturas tradicionais de poder e promover a participação cidadã. Sendo assim, é fundamental reconhecer e valorizar o potencial dessas práticas, bem como investir em políticas públicas e na criação de mecanismos de apoio que as fortaleçam.

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E URBANAS

A análise crítica no contexto do urbanismo revela que as transformações sociais e urbanas decorrentes das abordagens contra-hegemônicas e do comum urbano têm impactos significativos no desenvolvimento e na configuração das cidades.

Essas transformações podem ser observadas na descentralização do poder, na reconfiguração dos espaços urbanos, na valorização da diversidade e na promoção de relações igualitárias entre os diferentes atores sociais, como os moradores, os trabalhadores, os empreendedores e as instituições governamentais.

As práticas de contra-hegemonia, como os movimentos sociais, que questionam os valores e as estruturas impostas pela sociedade dominante, e as práticas de comum urbano, que valorizam a participação e a cooperação dos cidadãos na gestão e no uso do espaço público, têm o potencial de desafiar as estruturas de poder estabelecidas, possibilitando a emergência de outras formas de organização e participação cidadã.

As práticas contra-hegemônicas e o comum urbano podem promover a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade, incentivando a adoção de práticas e projetos que visem a proteção da natureza, a eficiência energética, a mobilidade urbana sustentável, o reaproveitamento de resíduos e o uso consciente dos recursos.

Logo, é preciso fomentar o debate e a disseminação dessas práticas, buscando sensibilizar a sociedade para a importância do urbanismo crítico e engajado. É necessário incentivar a

criação de políticas públicas que valorizem a participação cidadã e a diversidade, promovendo a inclusão social, a justiça espacial e a sustentabilidade urbana. É necessário investir em programas de formação e capacitação para profissionais, gestores e lideranças comunitárias, visando à promoção de uma cultura participativa e ao desenvolvimento de habilidades para o trabalho colaborativo, a mediação de conflitos e a gestão compartilhada do espaço urbano.

Ademais, ao valorizar a participação cidadã com as redes de cooperação e colaboração, essas práticas podem fortalecer a democracia local, empoderando os cidadãos e estimulando a construção de espaços públicos igualmente acessíveis, seguros e acolhedores.

EMPODERAMENTO COMUNITÁRIO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Fortalecer as comunidades locais, por meio da promoção do acesso à informação, educação e recursos, promove os cidadãos a agentes ativos da mudança no espaço urbano. A participação cidadã é relevante para garantir que as decisões relacionadas ao desenvolvimento urbano sejam tomadas de forma verdadeiramente democrática e inclusiva, levando em consideração as necessidades e demandas da população em geral.

O empoderamento comunitário juntamente com a participação cidadã, contribuem de maneira significativa para a promoção e desenvolvimento do comum urbano, bem como para a construção de redes de cooperação que sejam representativas. Por meio desse processo, é possível estabelecer uma sociedade atenta às questões urbanas, promovendo assim um futuro promissor e resiliente para todas as comunidades envolvidas.

É imprescindível que os indivíduos se sintam capacitados e envolvidos para efetivamente promoverem mudanças e influenciarem as decisões que impactam diretamente em suas vidas. Com a conscientização e engajamento da população, é possível construir um futuro melhor, onde todos possam se beneficiar do bem comum.

É necessário ampliar os espaços de diálogo e participação, por meio de assembleias, consultas públicas, fóruns de discussão e outras formas de envolvimento da comunidade. Da mesma forma, é preciso garantir que haja um acesso equitativo às informações e recursos necessários para que todos os cidadãos possam participar de maneira significativa. Isso pode ser feito por meio da criação de bibliotecas comunitárias, espaços de aprendizagem e trabalho em conjunto com organizações da sociedade civil.

Isso envolve o fortalecimento das relações de confiança e cooperação entre os diferentes grupos de pessoas que compõem essas comunidades. É preciso valorizar e respeitar a diversidade cultural, social e política presente em cada comunidade, reconhecendo que diferentes perspectivas e experiências enriquecem o processo de tomada de decisão e promovem soluções ao mesmo tempo inclusivas e abrangentes.

Em suma, o empoderamento comunitário e a participação cidadã são peças-chave para a construção de uma sociedade justa e sustentável. Ao fortalecer as comunidades locais e garantir que todos os cidadãos tenham a oportunidade de participar ativamente na vida

urbana através da cooperação, pode-se superar desafios e construir um mundo onde a igualdade, a justiça social e a sustentabilidade possam ser pilares fundamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, foi possível identificar a importância inerente das práticas contra-hegemônicas e da valorização do comum urbano na promoção de transformações sociais e no empoderamento comunitário. Com efeito, é imprescindível destacar que as diversas redes de cooperação e colaboração que emergem no contexto urbano desempenham um papel crucial para fortalecer o engajamento cidadão e garantir a participação ativa e significativa da comunidade.

Diante dessa análise, torna-se necessário e vital recomendar que pesquisas futuras concentrem e direcionem seus esforços para ampliar o entendimento e a compreensão dos impactos e efeitos dessas práticas no planejamento e na gestão urbana, bem como na formulação de políticas públicas que efetivamente fomentem o pleno desenvolvimento e a perpetuação de iniciativas contra-hegemônicas, bem como a promoção do senso de pertencimento e da valorização do comum urbano.

Somente por meio desse olhar crítico, comprometido e abrangente será possível alcançar uma autêntica transformação social, que amplie e celebre a diversidade e a inclusão em todas as esferas da vida urbana. Nesse contexto, torna-se pertinente enfatizar que o engajamento cidadão deve ser continuamente encorajado, fortalecido e facilitado, como forma de promover o diálogo aberto, inclusivo e construtivo entre os múltiplos e heterogêneos atores envolvidos na estrutura e funcionamento da cidade.

Nesse âmbito, a construção e o estabelecimento de espaços públicos devidamente acessíveis, acolhedores e convidativos também se configuram como aspectos essenciais e fundamentais para o fortalecimento, consolidação e enriquecimento da vida comunitária, bem como para estimular e viabilizar a participação ativa, engajada e concreta dos cidadãos no contexto urbano.

Ademais, é igualmente relevante que se invista significativamente em projetos e iniciativas que promovam e garantam a igualdade de oportunidades e o acesso irrestrito, equitativo e justo aos recursos necessários para o pleno desenvolvimento, bem-estar e qualidade de vida de todos os indivíduos que compõem e vivenciam a cidade, independentemente de sua origem, gênero, orientação sexual, classe social ou qualquer outra forma de diferenciação.

É indispensável fortalecer e intensificar as parcerias e colaborações entre os setores público, privado e sociedade civil, por meio da criação e implementação de políticas e ações que promovam e efetivamente estruturam a justiça social e o bem comum. Somente por meio dessa atuação conjunta, interdisciplinar e colaborativa será possível garantir e consolidar uma vida urbana de fato sustentável, inclusiva, equânime e verdadeiramente participativa para todos os cidadãos. Portanto, é de suma relevância e urgência que as instituições educacionais,

os governos e a sociedade se empenhem e se comprometam de forma plena a investir na formação e no desenvolvimento de cidadãos conscientes, críticos e atuantes, comprometidos com a construção e concretização de uma cidade justa, solidária, plural e igualitária.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) pela concessão da bolsa de Doutorado (EDITAL FAPES Nº 24/2022; 52877.810.18862.22112022).

REFERÊNCIAS

ALVES, Victor Augusto Campos. Urbanismo, ideologia e o comum: notas sobre a sociedade urbana pós-capitalista. **Cadernos Metrôpole**, 21(45), 439–459. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4504>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BALEM, Tiago. **O território do comum em práticas urbanas insurgentes**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/233163/001134983.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CASTRO-COMA, Mauro; MARTÍ-COSTA, Marc. Comunes urbanos: de la gestión colectiva al derecho a la ciudad. **EURE** (Santiago), Santiago, v. 42, n. 125, p. 131–153, janeiro 2016. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612016000100006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2024.

CRUZ, Giovana. **Redes de ação cultural na região portuária do Rio de Janeiro**: sujeitos, articulações e ocupações no tempo presente. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Niterói – 2023. 312 p. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/32962/GIOVANA%20CRUZ%20ALVES%20DUR%20c3%830.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CRUZ, Mariana de Moura. **ST 9 O novo vocabulário do Comum** – ensaio para uma leitura pós-colonial. *Anais ENANPUR*, v. 17, n. 1, 2017. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1551/1530>. Acesso em: 20 nov. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Echalar, Mariana. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs** – vol. 2: Capitalismo e esquizofrenia 2. Edição: 2. São Paulo: Editora 34, 1995.

FARIAS, Cicera Sarah Moura. **Quando a informação transforma?:** o potencial da informação urbanística no confronto às práticas excludentes de planejamento urbano na ZEIS Pici. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/77036/3/2024_dis_csmfarias.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

FEDERICI, Silvia. Feminism and the Politics of the Commons in an Era of Primitive Accumulation. In: VAN METER, K.; HUGHES, C.; PEACE, S. **Team Colors Collective, ed. Uses of a Whirlwind: Movement, Movements, and Contemporary Radical Currents in the United States**. Chico: AK Press, 2010. pp. 283–293.

FROTA, Naggila Taissa Silva. **Planejamento urbano do institucional ao insurgente:** uma análise sobre a atuação dos movimentos socioambientais na proteção dos bens comuns urbanos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36558/1/2018_dis_ntsfrota.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

HURON, Amanda. Theorising the urban commons: New thoughts, tensions and paths forward. **Urban Studies** 54, n. 4, p. 1062–69, mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0042098016685528>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MELLO, Sérgio Carvalho Benício de; BASTOS, Antonio Fagner da Silva; LACERDA, Carlos César de Oliveira. Lutas urbanas no Cais Mauá e na Avenida Paulista: metodologia qualitativa para compreensão de transformações no espaço público das cidades. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, ISSN-e 2238-8052, Vol. 9, Nº. 1, 2020, págs. 106-125. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9631952.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Política e arquitetura:** Por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo, Olhares, 2021.

NAGIB, Gustavo. **O espaço da agricultura urbana como ativismo:** alternativas e contradições em Paris e São Paulo. 2020. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082020-171328/publico/2020_GustavoNagib_VOrig.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

PISAURO, Kauê de Santis. **Uso do território e insurgência em Florianópolis**: casa de passagem e ponto de cultura indígena Goj Ty Sá. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Geografia, Florianópolis, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/254225/Kau%C3%AA_Pisauro_TCC.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 nov. 2024.

RAMOS, Diana Helene; BATISTA, Juliana Oliveira; ANDRADE, Manuella Marianna C.R. de (org.). **O papel da arquitetura e urbanismo diante do covid-19**: construindo conhecimento. Maceió: EDUFAL, 2020. E-book (142p.). Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/8123/1/O%20papel%20da%20arquitetura%20e%20urbanismo%20diante%20do%20covid-19%3a%20construindo%20conhecimento.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024

SANCHES, Débora; STEVENS, Jeroen; PIOTTO, Marcele. **Ocupações e urbanismo insurgentes**: área central de São Paulo. Atas do 3º Colóquio Internacional ICHT 2019 – Imaginário: Construir e Habitar a Terra. FAUUSP, São Paulo, Brasil, 2019. Disponível em: <https://sites.usp.br/icht2019/wp-content/uploads/sites/416/2019/07/OCUPAC%CC%A7O%CC%83ES-E-URBANISMO-INSURGENTES-a%CC%81rea-central-de-Sa%CC%83o-Paulo-.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova** – da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti et al. Desenvolvimento de consórcios regionais e redes sociais para o urbanismo saudável. **Revista de Arquitetura IMED**, Passo Fundo, v. 2, n. 2, p. 96-107, jan. 2014. ISSN 2318-1109. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/arqimed/article/view/435>. Acesso em: 20 nov. 2024.

TONUCCI FILHO, Joao Bosco Moura. **Comum urbano**: a cidade além do público e do privado. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/IGCC-B9BM6M/1/tese_jo_o_bosco_moura_tonucci_f._2017.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

VANNUCHI, Luanda Villas Boas. **O centro e os centros**: produção e feitura da cidade em disputa. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 2020. 272 p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-30032021-203003/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

VIVEIROS, Liana. **Direito à cidade e hegemonia**: movimentos, articulações e disputas no Brasil e no Mundo. Belém: ANPUR: Salvador: EDUFBA, PPGAU, 2020. 402 p. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33509/1/direito-a-cidade-e-hegemonia-repositorio.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

¹ Este artigo integra pesquisa da tese de doutorado “Narrativas e práticas contra-hegemônicas no processo de resistência das áreas centrais: o Centro de Vitória-ES” (título provisório), em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, de Vinícius Galvão Ramos, autor deste artigo, com orientação de Martha Machado Campos, também autora dele.